



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 4 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 3/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 3/2018; -----

2. Reconhecimento das funções que correspondem a necessidades permanentes e cujos vínculos jurídicos são inadequados, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários; -----

3. Alteração ao Mapa de Pessoal 2018; -----

-

4. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. ---

O senhor vereador Domingos Manuel Bicho Torrão não compareceu à reunião por motivos pessoais, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 7 de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

A Sr.^a Vereadora Sandra Vicente congratulou-se com a posição do Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches no Ranking das escolas em 2017, ocupando o lugar 369, num universo de mais de 600 escolas. Realçou a melhoria do Agrupamento nos últimos três anos (em 2015 no lugar 581, em 2016 no 423 e em 2017 no 369). Considerou tratar-se de um estímulo e orgulho para o concelho de Penamacor. Deu os parabéns à escola, aos seus docentes, pessoal não docente, diretores e pais. Destacou a importância do empenho, perseverança e gosto de todos os intervenientes com um trabalho colaborativo, quer do universo escolar, quer das entidades parceiras. A autarquia congratula-se pelo êxito alcançado, estando sempre disponível no processo formativo dos jovens. Neste sentido, deu conhecimento de um conjunto de reuniões com a direção da escola, com vista a uma parceria ativa, continuando a trabalhar para conseguir melhorar ainda mais os seus resultados.

A Sr.^a Vereadora Anabela Campos destacou o evento PIOM 2018 – Penamacor International Orienteering Meeting, que ocorreu no fim-de-semana passado. Considerou gratificante ver tantos jovens a participar na prova de orientação. Disse ser importante motivar os jovens do concelho à prática desta modalidade, passar a ser uma atividade a nível escolar, uma mais-valia para a motivação e autonomia dos jovens, sensibilizando-os para a natureza. -----

O Sr. Presidente António Soares complementando as intervenções das senhoras vereadoras, referiu haver um reforço de parceria que transitou do mandato anterior com o Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches, na promoção do sucesso escolar e combate ao insucesso escolar. A este

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

propósito, recordou a candidatura aprovada no âmbito do Portugal2020, um conjunto de ações já implementadas e reforço com novas iniciativas neste ano letivo. -----

No respeitante à prática de orientação, disse que pode ser uma mais-valia na promoção do sucesso escolar e no desenvolvimento das capacidades intelectuais das crianças. -----

Deu conhecimento que o município de Penamacor, pelo segundo ano consecutivo, estará representado na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa de 28 de fevereiro a 4 de março, com stand próprio, dignificando e promovendo o concelho. -----

Informou que está a ser ultimado o procedimento para a venda do pinhal que ardeu no último verão e também de pinhal decorrente da obrigação que consta do Decreto-lei 124/2006, na sua redação atual por forma a criar uma faixa envolvente ao aglomerado populacional de 100 metros. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 3/2018 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 3/2018. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 20 de fevereiro de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – RECONHECIMENTO DAS FUNÇÕES QUE CORRESPONDEM A NECESSIDADES PERMANENTES E CUJOS VÍNCULOS JURÍDICOS SÃO



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

INADEQUADOS, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 2.º DA LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO, QUE APROVOU O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Reconhecimento das funções que correspondem a necessidades permanentes e cujos vínculos jurídicos são inadequados, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários. -----

A Lei 112/2017, de 29 de dezembro veio estabelecer o programa de regularização extraordinária na administração local dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes, sem vínculo adequado, entre outras entidades, nas autarquias locais; por força do nº 1 do artigo 2º, o PREVPAC é aplicável aos órgãos ou serviços abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; -----

Considerando que a Câmara municipal de Penamacor para fazer face a necessidades permanentes e que não sendo satisfeitas põem em risco o normal funcionamento dos serviços tem tido ao longo dos anos pessoal a desempenhar funções correspondentes às referidas necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, de disciplina e de direção, e horário completo; -----

Assim, atento ao disposto na lei são sujeitos ao concurso os trabalhadores que desempenharam funções na Câmara Municipal de Penamacor entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele, e durante pelo menos um ano à data do início do procedimento concursal de regularização; os trabalhadores no exercício de funções no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ao abrigo de contratos de emprego-inserção, contratos emprego-inserção +, as que tenham exercido as mesmas funções nas condições referidas no proémio, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

concursal de regularização, conforme referido; os trabalhadores ao abrigo de contratos de estágio celebrados com a exclusiva finalidade de suprir a carência de recursos humanos essenciais para satisfação de necessidades permanentes, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização, conforme referido no artigo 3º nº 1 da Lei 112/2017, de 29 de dezembro; no âmbito do setor empresarial local situações de trabalho que correspondam a necessidades permanentes do Município ao abrigo do nº 4 do art. 2º da Lei nº 112/2017 e ainda outros trabalhadores enquadráveis na presente Lei (considerando para além da lei, o guião da DGAL (Direção-Geral das Autarquias locais) de 11 de janeiro de 2018, na sua interpretação sobre a abrangência da lei a uma sociedade unipessoal e o seu paralelismo a empresas, conjugado com a exposição dos motivos da proposta de Lei nº 91/XII sobre situações laborais baseadas em contratos de prestação de serviço, a que se alude em alguns casos com a expressão de “outsourcing” na sua interpretação “ à contrarium sensus”); -----
Tendo o Município promovido o levantamento de todas as situações abrangidas conforme previsto no nº 3, do artigo 2º, da Lei 112/2017, propõe-se a abertura de procedimentos concursais ao abrigo do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, conforme documentos anexos; -----
Mais se propõe, e considerando que estes postos de trabalho não se encontram previstos no mapa de pessoal, que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação da sua alteração, conforme anexo ao abrigo dos artigos 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014 de 20 de Junho”. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2018. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“Considerando a aprovação do mapa de pessoal para 2018 na sessão de 6 de dezembro de 2017 da Assembleia Municipal, no seguimento de proposta da Câmara Municipal de 30 de novembro e em conformidade com as disposições conjugadas da alínea o) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando a entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que veio estabelecer o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (PREVPAP) de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes, também das autarquias locais (vd. artigo 1.º, n.º 1 do diploma referido); -----

Considerando o reconhecimento por este órgão executivo, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, das situações em que se verifica o exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços sem o adequado vínculo jurídico, foram reconhecidas como necessidades permanentes, 12 postos de trabalho, que se enquadram dois na carreira de assistente operacional (na área de manutenção de espaços públicos e manutenção de infraestruturas), dois na carreira de assistente técnico (na área de manutenção de infraestruturas e apoio à atividade desportiva) e oito técnicos superiores: (um na área de design multimédia; um na área de biologia/geologia; três técnicos superiores na área de ciências do desporto; um na área de gestão/contabilidade e finanças; outro no sistema de informação geográfica e um na área da ação social/ciências da educação), de acordo com as funções que exerciam e para os quais foram contratados com vínculo jurídico inadequado. -----

Considerando, por isso, a necessidade de garantir a existência no mapa de pessoal de postos de trabalho em número suficiente para permitir a abertura de procedimentos concursais destinados a acomodar todas as pessoas que, preenchendo os requisitos, foram identificadas pelo órgão Executivo como estando a exercer funções correspondentes a necessidades permanentes, -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Proponho à Câmara Municipal que, nos termos da competência que lhe está atribuída pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere apresentar à Assembleia Municipal proposta para alteração ao mapa de pessoal em conformidade com o documento que se anexa e faz parte da presente proposta, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 1.380.962,72 euros e uma despesa também acumulada de 678.619,87 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao público, dela tendo usado o senhor António Cabanas. Na sequência da sua intervenção na reunião de câmara de 20 de dezembro de 2017, sobre um lagar romano encontrado numa propriedade sua em 2006, perguntou ao Senhor Presidente o que pretende fazer com a estrutura romana, uma vez que se comprometeu a visitar o local. --
O Senhor Presidente disse que após tomar conhecimento da existência do lagar, foi efetuado um levantamento do que foi feito nos mandatos anteriores e que em março agendará a visita ao local. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e trinta minutos, e dela se lavra a

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada.

E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.^a _____
Data: ____/____/____